

Relato de experiência sobre a importância do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC) em PE para a formação do professor que trabalha no ciclo de alfabetização

*Experience report of the national pact for literacy at the right age
(PNAIC)
in PE for the training of teachers working in literacy cycle*

Emmanuella Farias de Almeida Barros¹ Ana Claudia Rodrigues Gonçalves Pessoa²

Resumo

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi uma política proposta pelo governo federal, instituída pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, com o objetivo de garantir, principalmente, a formação continuada aos professores e assegurar que as crianças possam estar alfabetizadas até os 8 anos de idade, matriculadas no 3º ano. Tendo isso em vista, diversos profissionais trabalharam na implementação do PNAIC em PE e uma dessas atuações profissionais é aqui destacada, por meio do relato de uma Formadora Regional.

Abstract

The National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC) was a policy proposed by the federal government, instituted by the Ministry of Education through Administrative Rule no. 867, of July 4, 2012, with the objective of guaranteeing teachers and ensure that children can be literate until the age of 8, enrolled in the 3rd year. With this in view, several professionals worked on the implementation of the PNAIC in PE and one of these professional actions is highlighted here, through the report of a Regional Trainer.

Palavras-chave: Ciclo de alfabetização. PNAIC. Formação de professores.

Keywords: Literacy cycle. PNAIC. Teacher training.

Introdução

A educação não é a mesma, a maneira como se alfabetiza e, de uma maneira geral, como se ensina também não. A educação escolar é um processo cíclico, está sempre se transformando, buscando alternativas para que a aprendizagem e o ensino sejam otimizados.

É a partir desse ideal que se sustenta essa medida de ampliar o Ensino Fundamental e assegurar que as crianças de 6 anos sejam matriculadas nas escolas, e, assim, as ofertas ao

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFPE na área de Educação e Linguagem e Formadora Regional do PNAIC em PE. E-mail: emmanuelabarros@gmail.com

² Professora Adjunta da UFPE e Formadora Estadual do PNAIC em PE. E-mail: aclaudiapessoa@gmail.com.

conhecimento possam equiparar-se em moldes igualitários, garantindo a superação do fracasso escolar e o pleno desenvolvimento das crianças no contexto escolar. É claro que só essa medida não garante o pleno desenvolvimento, mas garante que as crianças possam ter mais oportunidades de aprendizagens, caracterizando, dentro dessa perspectiva, a alfabetização como um projeto inclusivo.

Assim, é possível afirmar que desde 1996 com a aprovação da atual lei de diretrizes e bases, a LDB, já havia uma preocupação em incluir as crianças mais cedo na escola, mas sem necessariamente uma obrigatoriedade. Já que, por aquela implementação: “cada município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá matricular todos os educandos a partir dos 7 anos de idade e, facultativamente, a partir dos 6 anos no ensino fundamental”. Mas foi a partir de 2006, quando o governo federal, pela Lei nº.11.274, altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB e garante a obrigatoriedade na matrícula de crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, que as mudanças no cenário educacional começam a surgir.

Por meio disso, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), adquire uma função importante, em decorrência da ampliação do Ensino Fundamental de nove anos, pois, nessa perspectiva, também é ampliada o período previsto para a alfabetização de crianças, assegurando que todas devem ser alfabetizadas até o final do terceiro ano, com oito anos de idade.

Essa política foi proposta pelo governo federal, instituída pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, e, nesse mesmo ano o governo, por meio de uma medida provisória, dispõe sobre a necessidade de apoio financeiro aos entes federados nessa iniciativa política com o objetivo de garantir formação continuada aos professores alfabetizadores, apoio no desenvolvimento dos recursos didático-pedagógicos, avaliações anuais, bem como uma atenção voltada para a gestão e controle social.

Portanto, seus princípios orientam práticas que visam ao acompanhamento da aprendizagem dos alunos no ciclo de alfabetização, avaliações para monitorar as medidas adotadas, com fomentação e conhecimento dos materiais entregues pelo MEC para que se alcancem melhorias na educação desses alunos ingressos no ciclo.

Por fim, o objetivo desse estudo é relatar a experiência profissional da primeira autora enquanto Formadora Regional do PNAIC, descrevendo algumas ações pedagógicas do programa a fim de implementar saberes mais atuais acerca do Ciclo de Alfabetização.

1. Discutindo sobre o PNAIC e as suas implicações para as práticas de ensino

Discutir o ciclo de nove anos, nas mediações deste estudo, abre espaço para discutirmos o atual ciclo de alfabetização e como esse processo é importante para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil. Já que, muitas vezes, o desempenho nas provas de larga escala é muito insipiente e revela estudantes praticamente analfabetos no 5º ano. (GOMES, 2013). Como já foi mencionado antes, o PNAIC é uma política do governo federal que pretende assegurar a alfabetização de crianças até os 8 anos de idade, que corresponde até o 3º ano do Ensino Fundamental. Esse Ciclo de Alfabetização pretende, então, que as crianças possam evoluir satisfatoriamente na escola, adquirindo conhecimentos mais significativos tanto em Língua Portuguesa como em Matemática.

Nesse segmento, o PNAIC traz algumas indicações de como devem ocorrer a prática de ensino dos professores, enaltecendo quatro eixos fundamentais à difusão desses aspectos norteadores. São eles:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas de conhecimento podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem. (BRASIL, 2012, p. 27).

A partir dessas considerações, fica clara a concepção de alfabetização no contexto do letramento, além de reconhecer que apenas um conhecimento superficial, para “dominar” o sistema de escrita alfabética não alcança as expectativas do pacto seja no ensino ou na aprendizagem.

Analisando o primeiro aspecto, reconhece-se a necessidade de refletir sobre o funcionamento do sistema de escrita, isto é, é preciso que a criança perceba o que é o sistema de escrita e as implicações do uso do sistema no meio em que vive. Nesses termos, não há

uma apropriação do sistema propriamente dita, mas uma relação dialética que exige tanto da criança quanto do alfabetizador um raciocínio crítico quanto aos usos sociais da escrita.

O ponto dois esboça uma preocupação em alfabetizar letrando o quanto antes, a partir do que foi indicado, há um reconhecimento processual do letramento, que perdura durante toda a vida escolar da criança, mas isso não implica em um adiamento desse processo, o “deixar para depois”, pelo contrário, o quanto antes as crianças compreenderem a importância dos gêneros no seu contexto de circulação melhor será o seu aproveitamento adiante.

A terceira questão encabeça a perspectiva interdisciplinar e não defende limites entre as áreas do saber. Assim, quanto mais a criança reflete e adquire conhecimentos plurais, melhor será o seu engajamento e seu discernimento no agir socialmente.

Já no último ponto, tem-se a importância da ludicidade e do reconhecimento da criança, que além de ser pensante e de poder construir sua própria história, precisa de cuidados permanentes; e a ludicidade, além de ser uma importante ferramenta pedagógica é uma forma a mais de demonstrar o carinho com que deve ser tratada.

2. O PNAIC sua estrutura e funcionamento

O PNAIC foi implantado inicialmente em 2012. Dentre vários objetivos desse programa vamos nos deter nesse relato na parte referente a formação continuada.

Como dito anteriormente, o PNAIC foi um acordo formal assumido pelo Governo Federal, estados e municípios com o propósito de alfabetizar crianças até os 8 anos de idade, ou seja, ao final do ciclo de alfabetização.

As formações aconteceram nacionalmente nos estados e municípios que aderiram ao PNAIC. A responsabilidade da formação ficava com as Universidades Públicas. Em Pernambuco, no ano de 2013, a Universidade Federal de Pernambuco ficou responsável por esse trabalho no estado o que se prolongou até o ano de 2018. Esta ação foi desenvolvida, por meio da parceria com o Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, UNDIME e secretarias municipais de educação de Pernambuco.

O estado e municípios eram responsáveis por cadastrar os profissionais que participariam diretamente do processo formativo. Assim, eram indicados os coordenadores locais, os orientadores de estudo e os professores alfabetizadores.

Os coordenadores locais eram responsáveis pelas questões técnico/administrativas, mas, sobretudo, para o acompanhamento do processo de construção de conhecimento dos professores alfabetizadores, apoiando os Orientadores de Estudo e gerenciando as práticas formativas desenvolvidas nos municípios.

Os Orientadores de Estudo recebiam formação com os Formadores da Universidade e posteriormente realizavam formações, em seus respectivos municípios, com os professores alfabetizadores cadastrados (1º ao 3º ano e turmas multisseriadas). Essa estrutura inicial básica foi mantida até 2018, sofrendo algumas ampliações, principalmente do ponto de vista da gestão e da abrangência dos profissionais envolvidos.

O PNAIC foi iniciado em 2013 com foco em linguagem. No ano de 2014 foi dado continuidade ao programa com foco em alfabetização matemática e aprofundamento em linguagem. Em 2015, 2016 e 2017 foram aprofundadas as discussões sobre interdisciplinaridade, aspecto que já estava inserido no programa desde sua concepção.

Em 2017 o programa foi ampliado passando a fazer parte da formação, além dos professores alfabetizadores, professores da Educação Infantil, coordenadores pedagógicos e o grupo do Mais Educação. É mais precisamente desse período que este relato de experiência se refere, período em que a primeira autora passa a fazer parte do programa como Formadora Regional – ligada a Universidade Federal de Pernambuco com a função de formar os Formadores Locais do Ciclo de Alfabetização (antigos orientadores de estudo).

3. Experiência como formadora regional do PNAIC em PE

Depois de ter apresentado concisamente os pressupostos acerca do PNAIC vou me deter em apresentar agora minha atuação enquanto Formadora Regional e do trabalho colaborativo que foi desenvolvido. Sendo assim, o primeiro momento, de 2017, foi a composição da equipe para atuar no PNAIC, realizado por meio de uma seleção pública simplificada. Depois que a grande equipe já estava selecionada, nós fomos divididos em três grupos para atuar no programa, a saber: o grupo do Mais Educação o grupo da Educação Infantil e o grupo do Ciclo de Alfabetização, e cada equipe era formada levando em conta as afinidades profissionais dos formadores aos grupos pré-estabelecidos do programa, bem como o desejo pessoal de cada um. Eu atuei no ciclo de alfabetização e neste trabalho vou me deter em apresentar as ações desse grupo.

O material usado no Ciclo de Alfabetização foram os cadernos relacionados à interdisciplinaridade e organizados em 2015 com a colaboração de vários professores de Universidades Públicas do País. Em 2017 foram usados os cadernos 5, 6 e 7. O caderno 5 intitulado “A leitura, a oralidade e a escrita no Ciclo de Alfabetização” tinha como pressuposto básico a defesa do alfabetizar letrando, utilizando-se dos eixos leitura, oralidade e escrita para alcançar esse fim. O caderno 6 tinha o foco no ensino da arte, nomeado “A arte no ciclo de alfabetização” defendia em ensino da arte contextualizado e interdisciplinar nas diferentes linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. O caderno 7 intitulado “Alfabetização matemática na perspectiva do letramento” tinha como principal finalidade apresentar o ensino da matemática de maneira lúdica e contextualizada, mostrando práticas relevantes, com a atuação de professores protagonistas no Ciclo de Alfabetização.

Inseridos no Ciclo de Alfabetização, nós nos organizávamos por grupos e a primeira formação deveria ser realizada utilizando o caderno voltado para o ensino da língua, e cada grupo era responsável por preparar atividades e por preparar o momento da formação levando em conta um capítulo do livro. A modalidade organizativa de trabalho, no primeiro momento, envolvia ação de grupos menos numerosos, pois cada grupo deveria pensar em atividades e metodologias para abordar os capítulos em que eram os responsáveis. No momento seguinte, cada grupo apresentava para o grande grupo do Ciclo de Alfabetização as atividades pensadas para formação. Nessa etapa, poderíamos debater, apresentar outras sugestões e discordar de uma ou outra metodologia que o grupo apresentasse, caso achássemos algum problema ao que estava sendo exposto. Depois que finalizávamos todo o processo de elaboração do planejamento, era chegado o momento da formação e durante a minha atuação no programa, que foi desde outubro de 2017 a maio 2018, nós tivemos três formações e o seminário final.

Vale ressaltar que a concepção de formação continuada defendida pelo PNAIC considerava que as formações deveriam ser organizadas de modo a levar os envolvidos à refletirem sobre suas práticas no sentido de repensá-las. Assim, as formações tinham uma participação ativa dos envolvidos, enfatizando, dentre outras estratégias formativas, a troca de experiência com seus pares, no sentido de confrontar situações de incertezas, conflitos e sucessos. Nesse contexto, os Formadores Locais se constituíam formadores e voltavam para os municípios a fim de realizar a formação com os professores alfabetizadores no sentido de confrontá-los com as suas práticas. Nesse sentido, a função dos Formadores Locais não era de meros multiplicadores do que foi discutido com os Formadores Regionais. A ideia é

formar professores reflexivos. Esse tipo de concepção de formação continuada respeita a autonomia e os saberes do professor.

A primeira formação, que participei como formadora, foi realizada no município de Caruaru compreendendo o período entre 11 e 13 de dezembro no ano de 2017. Essa formação foi a minha primeira experiência enquanto formadora do PNAIC, atuei cheia de entusiasmo e expectativas diante do novo. Como referido anteriormente, enquanto Formadora Regional eu deveria realizar a formação para as Formadoras Locais e cada uma, em sua escola, também faria a formação com os professores, mas contando apenas com um dia. A minha turma era contemplada por sete municípios: Vitória de Santo Antão, Xexéu, Tamandaré, Sirinhaém, Tracunhaém, Vicência e Timbaúba. Dessa forma, possuía um total de 26 Formadoras Locais, distribuídas entre os municípios citados. Nos dois primeiros dias de formação eram realizadas várias atividades de cunho teórico e prático para que as Formadoras Locais entendessem os conceitos com segurança e profundidade e no último dia da formação, preparávamos, todas juntas, o planejamento da formação que cada uma apresentaria em sua escola. Com isso, dentre as várias atividades desenvolvidas, escolhíamos a que melhor teria resultados positivos em suas escolas. O planejamento final da formação era único para todos os municípios, mas cada um, representado pelas Formadoras Locais, tinha suas especificidades respeitadas e realizavam modificações de acordo com suas necessidades.

Depois que a formação era realizada, as Formadoras Regionais deveriam elaborar um relatório descrevendo as ações desenvolvidas levando em conta o planejamento e o que pôde ser realizado. E as Formadoras Locais tinham um prazo para realizar a formação em suas escolas e depois também fariam o relatório descrevendo como foi a formação ministrada em seus municípios. Os relatórios das Formadoras Locais eram enviados para suas respectivas Formadoras Regionais. Então, eu recebia todos os relatórios da minha turma, fazia uma leitura, solicitava esclarecimentos, quando necessário, e os organizava em pastas de acordo com os nomes e de acordo com os municípios de cada Formadora Local. Feito isso, me detinha a avaliar as Formadoras Locais no sistema eletrônico do SISPACTO, mediante a participação delas na formação e elaboração do relatório. Vale mencionar que as Formadoras Regionais também eram avaliadas pela Formadora Estadual utilizando os mesmos critérios, frequência e atividades elaboradas.

Portanto, nada era pensado por acaso ou feito de qualquer jeito, era tudo sistematizado, avaliado e planejado para que pudéssemos contribuir com a melhoria do ensino desenvolvido nas escolas públicas. A próxima formação teve como tema a arte, e, mais uma vez, dentro do

Ciclo de alfabetização nos dividíamos em grupos, planejávamos e organizávamos a formação, seguindo os passos descritos anteriormente. Essa formação ocorreu no município de Jaboatão dos Guararapes entre os dias 14 e 16 de março de 2018. A última formação foi pautada no ensino da matemática e seguimos os mesmos passos anteriores. Realizada no mesmo município, essa formação aconteceu entre os dias de 11 e 13 de abril do mesmo ano.

Por fim, realizamos o seminário final na cidade de Gravatá, no período de 16 a 18 de maio, idealizado para abordar os diversos temas discutidos nas três formações e com a participação de professores, diretores, coordenadores locais, entre outros, discutindo teorias e práticas qualitativas voltadas para a educação básica. No seminário final, tivemos mesas-redondas, palestras, apresentação de trabalhos, oficinas, envolvendo a articulação de todos que compunham o programa, sem a distinção por equipes, já que, nesse momento, todos estavam articulados para apresentar novas perspectivas teóricas e práticas voltadas para a educação básica. Nessa etapa, pude ministrar oficina sobre os jogos na alfabetização, apresentar trabalho de pesquisa, também sobre a alfabetização, mas discutindo sobre as cartilhas e o livro didático e propor um vídeo debate sobre os multiletramentos na escola. Finalizo o relato com a sensação de ter contribuído por uma educação melhor, voltando a minha atenção para o ensino público, para o Ciclo de Alfabetização, e muito feliz por ter convivido com pessoas que me fizeram crescer e ser melhor do que sou hoje. Feliz pelas trocas e pelas aprendizagens em todas as etapas descritas e certa que trilhei o caminho certo, por acreditar e defender a ideologia do PNAIC.

Isso porque, durante as formações que eu ministrei, pude perceber os entusiasmos das Formadoras Locais, o quanto elas participavam e o quanto buscavam sempre o melhor na formação. Elas não queriam hesitar ou ter dúvidas quanto aos conceitos abordados, pois muito do que trabalhávamos também seria trabalhado com os professores. Tive a sorte de lidar com um grupo muito unido, que procura sempre o melhor, se atualizar, estudar e que defende um ensino público de qualidade. Depois que os relatórios eram entregues, relatando as formações realizadas nos municípios, pude observar que havia crescimento na prática dos professores, haja vista que animados pelo desejo de mudança, queriam propor novas práticas em suas salas de aula.

Ademais, convivi com verdadeiras guerreiras que procuravam fazer do pouco que tinham o muito na educação, senti suas angústias, diante de tantas dificuldades que seus municípios enfrentam, seja pela falta de recursos ou porque se sentem desamparadas na luta por uma educação mais justa, mas também senti muita vontade e desejo de mudar, por menor

que seja, a realidade de cada uma, porque as “minhas” Formadoras Locais, tem muito amor e orgulho pelo que fazem, e não importa se a situação está crítica, a vontade de vencer e de ajudar o próximo é maior do que as adversidades que tantas vezes enfrentamos. Com elas e com o PNAIC, aprendi muito, aprendi que o humano e o docente se imbricam, que sempre precisamos respeitar os outros em seus percursos de aprendizagem, que precisamos ter humildade, e a nunca deixar de ter fé, força propulsora da nossa profissão.

Considerações Finais

Depois de finalizar o relato, encerro a apresentação desse trabalho com a sensação de querer o algo a mais, mas também com a certeza de que o PNAIC, por tudo o que representa e representou, é mais do que um pacto é um compromisso com a sociedade e com a educação, uma vez que as formações são organizadas e pensadas para atender às expectativas qualitativas de um sistema público de ensino que ainda apresenta muitos desafios.

A formação continuada e toda a proposta que o programa defende garante uma articulação entre a comunidade escolar e a academia, reforçando os laços e permitindo que mesmo as comunidades mais afastadas e longe da produção científica sejam atendidas. Nesse sentido, as práticas dos professores têm suas ações ressignificadas em sala de aula, mas, com isso, não queremos dizer que a proposta do PNAIC é única e que todos devem seguir os paradigmas apresentados, e sim que essa é uma alternativa que coaduna com as novas perspectivas de alfabetização e que podem trazer resultados benéficos quando assumimos nosso compromisso e pautamos nossas ações em um ensino sistemático do sistema de escrita, deixando de lado a incoerência acerca das correntes teóricas, na transposição didática, que podem persistir, mas que o programa tem combatido em sua aliança formativa com a comunidade.

Por fim, defendemos que o PNAIC perdure a fim de garantir cada vez mais que as nossas crianças sejam atendidas com equidade, e também é nosso desejo que o compromisso que os Formadores Locais, Diretores, Coordenadores e Professores não se encerre com o programa, mas que supere as adversidades políticas em prol das crianças do nosso país, razão principal da criação do nosso PNAIC.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2. ed. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.

_____. Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 6 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/anexo.do;sessionid=87F02C1D24E36B18F040759741AFD56A?URI=http%3a%2f%2fwww.ufsm.br%2fcpd%2finep%2fprolei%2fAnexo%2f-4373313804396615531>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

_____. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.** Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Apresentacao%20MIOLO.pdf>> . Acesso em: 18 de julho de 2018.

GOMES, Ana Valeska Amaral. **Alfabetização na idade certa:** garantir a aprendizagem no início do ensino fundamental. *In:* Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Brasília, 2013.